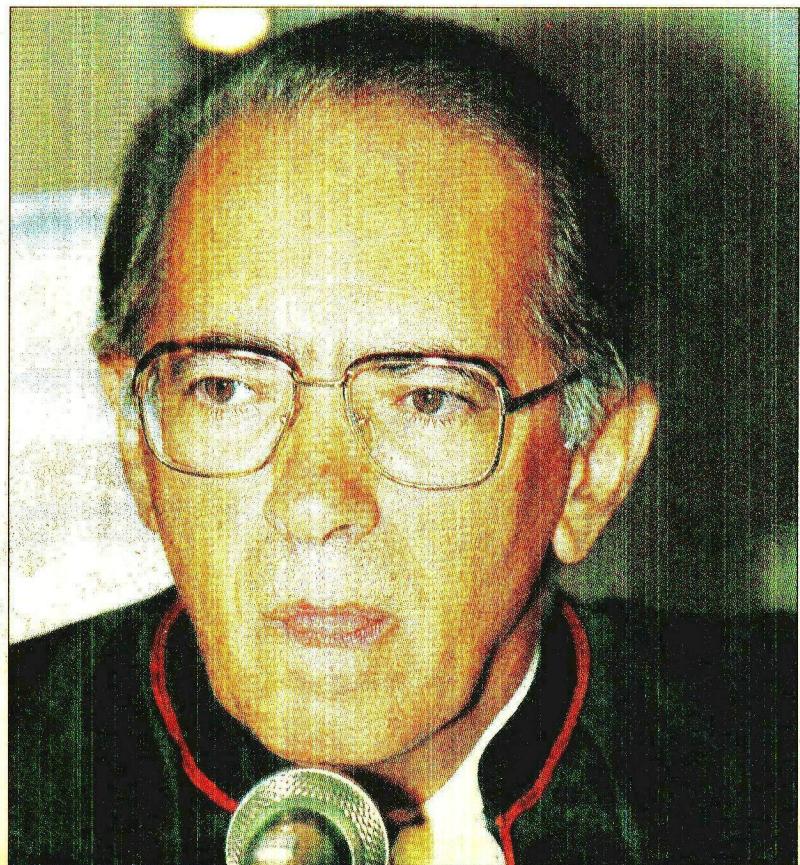


“Juizados devem funcionar à noite”

Wanderley Pozzembom



Correio Braziliense — O que muda com a criação de mais Juizados Especiais?

Hermenegildo Gonçalves — As pessoas não podem ficar mais pensando que a justiça é lenta. Esse é um problema da maior seriedade porque é um desalento para a comunidade. As pessoas mais carentes, mais pobres, não tem acesso à Justiça porque não pode pagar custas ou advogado. As vezes sequer podem faltar ao serviço para comparecer ao Fórum. E não é som um dia mas várias vezes. E é isso que vai mudar com os Juizados especiais.

Correio — Qual a diferença entre os Juizados Especiais e os Juizados de Pequenas Causas?

Hermenegildo — O Juizado Especial sucede o de Pequenas Causas. Na verdade são dois institutos que trabalham sobre a mesma idéia, a de desburocratizar a Justiça. O Juizado de Pequenas Causas nasceu primeiro. Era informal e não se dava sentença. Era só para tentar acordo. O Juizado Especial tem a forma de juízo. As pessoas comparecem à audiência e, se não houver conciliação, na segunda audiência o juiz dá a sentença resolvendo a questão. Para ingressar com uma ação nos Juizados Especiais as pessoas não precisam pagar nada.

Correio — E eles atingem a todas as áreas da Justiça?

Gonçalves — Cível e Criminal. Os Juizados Especiais Criminais vão exercer uma função muito importante porque vão permitir que se tenha uma solução rápida para crimes de menor importância. E permitir que se aplique penas alternativas como multas ou prestação de serviço à comunidade. Isso impedirá que pessoas ainda que praticaram delitos de menor importância, infrações leves ou contravenções, sejam colocadas no cárcere em contato com criminosos mais perigosos. Trará muito benefício para a comunidade. A pessoa consegue se livrar do caminho ruim que estava praticando.

Correio — Qualquer problema pode ser levado para o Juizado Especial

Gonçalves — Os criminais são para crimes de menor potencial ofensivo como lesões corporais leves ou contravenções cujas penas não ultrapassem a um ano. Os da área cível tem duas vertentes. A primeira é o valor. A causa cível não poderá ultrapassar 40 salários mínimos. Se for até 20 salários mínimos independe de advogado. Se passar disso, será necessário o advogado mas, ainda

Hermenegildo Guimarães quer instalar 60 Juizados Especiais no DF

sim, se a pessoa não tiver condições de pagar lá estão atuando defensores públicos e advogados que auxiliam a Justiça nessa tarefa. Eu pretendo, no futuro, que alguns desses juizados funcionem à noite.

Correio — Os Juizados vão realmente desafogar a Justiça?

Gonçalves — Sim. A Justiça Comum está estrangulada por um número brutal de processos resultante pelo aumento significativo da população e do aumento inexpressivo de juizes. Nunca o número de juizes consegue andar na mesma velocidade do aumento da população. A defasagem provoca aumento dos processos que tumultuam o serviço.

Correio — Mas não volta aquele problema de quem perde, entra com recursos e a solução final fica adiada?

Gonçalves — Isso é um raciocínio possível apenas na Justiça Comum, que permite vários recursos que são, muitas vezes, utilizados por advogados que às vezes sabem que não podem vencer a questão e ficam recorrendo. Nos juizados há apenas um recurso. Estimo que um mês depois da decisão já estará julgado.

Correio — O que falta para os novos Juizados serem criados?

Gonçalves — Depende da aprovação do projeto de lei regulamentado os Juizados Especiais no DF.

Conseguimos aprová-la com muito trabalho em final de junho, na Câmara dos Deputados. Deverá ser votada em agosto pelo Senado e depois vai para a sanção do presidente. Nos teremos 60 juizados especiais, entre cíveis e criminais. Lógico que não serão instalados de pronto porque isso demanda juizes, funcionários. Teremos de fazer concursos para isso.

Correio — O senhor acredita que haverá dinheiro suficiente?

Gonçalves — Para obter essa lei, tivemos muita dificuldade e ainda estamos tendo. Nossa projeto foi enviado ao Congresso Nacional em 1996 e só agora conseguimos acordo com as diversas áreas, inclusive com a área econômica do governo federal. A Justiça do Distrito Federal é criada e mantida pela União.

Correio — Que tipo de colaboração o senhor espera do GDF?

Gonçalves — Precisamos de uma parceria com o governo local, que pode colaborar muito para que o modelo de justiça se transforme numa realidade. Teremos de construir prédios em algumas cidades que não têm nem Fórum como Santa Maria. Precisaremos da doação de um terreno. Nós também devemos construir um prédio novo no Guará, uma cidade com mais de 100 mil habitante e cujos moradores precisam de vir até o Fórum do Plano Piloto.